

# DN OPINIÃO

## Os outros comentadores da crise

por BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS 16 Abril 2011

Devemos prestar atenção aos comentadores nacionais, quanto mais não seja para identificar o que eles não discutem e as agendas pessoais que se escondem sob pretensas análises desassombradas. Sobretudo os que foram membros de governos nos últimos vinte anos são de uma transparência desarmante e duvido de que consigam iludir muita gente. Mas são irrelevantes sobretudo quando comparados com os outros comentadores, os comentadores financeiros internacionais (CFI) que em blogues e outros media vão propondo análises e dando sugestões que estão na base de muitas das decisões sobre o nosso país, obviamente tomadas à margem do nosso controle democrático. Dessa floresta de comentários selecciono dois que me parecem ser mais pertinentes para compreendermos o que vai sendo decidido nas nossas costas.

Sobre o mandato das eleições. Os CFI pouco se interessam sobre as personalidades dos líderes políticos. Interessa-lhes saber qual é o verdadeiro mandato ou objectivo das eleições. Se se trata apenas de decidir como cumprir o plano de austeridade e definir os termos da ajuda externa, a evolução/ /manipulação das taxas de juro vai ser importante para orientar as intenções de voto. Se, pelo contrário, está no horizonte a possibilidade de resistir à austeridade e de reestruturar a economia para voltar ao crescimento, as taxas de juro só por si não serão suficientes para influenciar os eleitores. Por outras palavras, se os portugueses já se renderam, só os termos da rendição serão importantes para eles. Neste sentido, o artigo de Passos Coelho no Wall Street Journal de 30 de Março é uma declaração patética de rendição, pois nele declara-se que Portugal "está determinado a não ser um fardo para os nossos amigos internacionais" (os amigos são o especuladores financeiros). Se, pelo contrário, os portugueses não se renderam, é tudo mais complicado para eles e para os seus credores. E a complicação agrava-se com o facto reconhecido por todos de que o problema português não é financeiro, é económico. Não está, por exemplo, no horizonte a falência dos seus bancos de referência. O problema português é a competitividade da sua economia, dado estar inserida numa moeda excessivamente forte (pergunta-se: com tantas economias nacionais tão frágeis, não estará o euro sobrevalorizado?). Sendo assim, as medidas de austeridade e a ajuda externa em nada contribuirão para melhorar a credibilidade financeira e económica do País.

As agências de rating e o FMI. Portugal está a ser usado como estudo de caso do que está mal no actual sistema financeiro. Os CFI reconhecem que o comportamento das agências é problemático mas, como muitos vivem à sombra delas, tendem a afirmar

que o problema não é das agências mas das regras financeiras internacionais que impõem o seu uso. As agências de notação pretendem ser uma segurança contra o risco mas, em vez de o fazerem distribuindo os riscos pelos vários intervenientes, transferem-nos unilateralmente para defender quem lhes paga. A ideia de medir o risco é boa, mas torna-se perversa se os critérios de medição não são transparentes (é crível que a economia paquistanesa seja mais estável que a grega?). Como é isso que ocorre, o risco soberano ou empresarial aumenta pela simples declaração de que está a aumentar, qualquer que seja a situação real. Nenhum país ou empresa pode resistir a um ataque predador deste tipo. Responsabilizar as agências por notações erradas é uma medida frouxa por não tomar em conta que as agências têm poder para criar a realidade que lhes convém.

Neste domínio, a notação por contágio - definir o risco atribuído a um país em função do que se passa noutra, risks from spillovers - é o componente mais perverso do sistema actual, pois cria dificuldades reais a um país a partir de um risco inventado. Portugal foi vítima nos últimos meses deste tipo de notação e não está só. A Standard & Poor's baixou a notação da República de Chipre, um pequeno país economicamente estável, apenas "por estar exposto à Grécia". O problema é tão grave que o próprio FMI começa a preocupar-se com a questão. No working paper "Sovereign Rating News and Financial Markets Spillovers: Evidence from the European Debt Crisis" (Março deste ano), o FMI chega a propor que, dada a instabilidade financeira criada pelo contágio, as autoridades devem repensar se é apropriado usar notações de créditos na regulação dos mercados financeiros.

O problema é que tudo isto está a ser discutido não para ajudar Portugal mas para esconder que, na vigência do actual sistema, não tem ajuda possível.